

Livro Eletrônico



**Estratégia**  
CONCURSOS

# RFB

## ATRFB 2018



RECEITA  
FEDERAL

### Aula 00

RECEITA FEDERAL - Questões Comentadas de Dir. Constitucional do IR Recurso Federal (Analista Tributário)

Professor Responsável: Ricardo Vale

**“O SEGREDO DO SUCESSO É  
A CONSTÂNCIA NO OBJETIVO”**

## AULA 00 – DIREITO CONSTITUCIONAL

### Sumário

Apresentação .....	2
Lista de Questões.....	13
Gabarito.....	18

## Apresentação

Olá, pessoal! Tudo bem?

Hoje, damos início ao curso de "**Questões Comentadas de Direito Constitucional p/ ATRFB**", focado na banca **ESAF**.

Antes, vamos nos apresentar:

- **Nádia Carolina**: Sou professora de Direito Constitucional do Estratégia Concursos desde 2011. Trabalhei como **Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil** de 2010 a 2015, tendo sido aprovada no concurso de 2009. Tenho uma larga experiência em concursos públicos, já tendo sido aprovada para os seguintes cargos: CGU 2008 (6º lugar), TRE/GO 2008 (22º lugar) ATA-MF 2009 (2º lugar), Analista-Tributário RFB (16º lugar) e Auditor-Fiscal RFB (14º lugar).

- **Ricardo Vale**: Sou professor e coordenador pedagógico do Estratégia Concursos. Entre 2008-2014, trabalhei como **Analista de Comércio Exterior** (ACE/MDIC), concurso no qual fui aprovado em 3º lugar. Ministro aulas presenciais e online nas disciplinas de Direito Constitucional, Comércio Internacional e Legislação Aduaneira. Além das aulas, tenho duas grandes paixões na minha vida: a Profª Nádia e a minha pequena Sofia!! 😊

Em nosso curso de questões comentadas, você terá a oportunidade de entrar em contato com os principais temas cobrados pela ESAF. Você poderá ver que essa banca examinadora tem organizado concursos cada vez mais difíceis, com cobrança pesada de doutrina e jurisprudência, inclusive em provas para cargos de Técnico.

Esse curso de "Questões Comentadas" é ideal para aqueles **alunos que já estudaram o Direito Constitucional** e querem fazer uma **rápida revisão** dos assuntos. Se você não tem uma base teórica boa nessa disciplina, esse curso não é para você. Opte por fazer o curso de Teoria + Questões, no qual você terá um grande aprofundamento teórico.

Nosso curso será composto de **05 aulas**. Nossa intenção é a de resolver as questões mais atuais da ESAF.

Abraços,

Ricardo e Nádia

**"O segredo do sucesso é a constância no objetivo".**

## Questões Comentadas

### 1. A Pirâmide de Kelsen – A Hierarquia das Normas

**1. (ESAF / ANAC – 2016) As convenções internacionais que versarem sobre direitos humanos em que a República Federativa do Brasil seja parte, ao serem aprovadas em cada Casa do Congresso Nacional, serão equivalentes às emendas constitucionais se**

- a) a aprovação ocorrer em dois turnos por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- b) a aprovação ocorrer em um único turno por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- c) a aprovação ocorrer em um único turno por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) a aprovação ocorrer em dois turnos por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- e) a aprovação ocorrer em um único turno por aprovação da metade dos votos dos respectivos membros.

#### **Comentários:**

Para que os **tratados e convenções internacionais de direitos humanos** sejam equivalentes às emendas constitucionais, é necessário que sejam aprovados em cada Casa do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 5º, § 3º, CF). O gabarito é a letra D.

**2. (ESAF / Advogado IRB – 2006) Segundo o novel entendimento do Supremo Tribunal Federal, é possível a aplicação, no direito brasileiro, do conceito de inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias, defendido na obra de Otto Bachof, uma vez que a enumeração de cláusulas pétreas, no texto original da Constituição, importa uma hierarquia entre as normas constitucionais originárias.**

#### **Comentários:**

A tese defendida por Otto Bachof não se aplica no ordenamento jurídico brasileiro. No Brasil, as normas constitucionais originárias não poderão ser objeto do controle de constitucionalidade. Destaque-se, ainda, que não há hierarquia entre normas constitucionais originárias; todas elas estão no mesmo patamar. Questão errada.

**3. (ESAF/ATA - 2012) Diante de um conflito entre uma lei federal e uma lei estadual, aquela deve prevalecer.**

**Comentários:**

Não há hierarquia entre lei federal e estadual, mas mera divisão de competências. Uma ou outra poderá prevalecer no caso concreto: depende de qual ente federado (União ou Estado) tem competência para dispor a respeito da matéria. Questão errada.

**4. (ESAF/ATA - 2012) Há hierarquia entre as normas constitucionais originárias e as normas constitucionais inseridas na Constituição por meio de emenda constitucional.****Comentários:**

Não existe tal hierarquia. Tanto as normas constitucionais originárias quanto as emendas constitucionais se encontram no topo da Pirâmide de Kelsen. Questão errada.

**5. (ESAF / Ministério da Integração – 2012) A Constituição Federal é a norma fundamental de nosso ordenamento jurídico desde que não revele incompatibilidade com os tratados internacionais de direitos humanos pactuados pelo País.****Comentários:**

A Constituição Federal é a norma fundamental de nosso ordenamento jurídico, independentemente de qualquer análise de compatibilidade com os tratados de direitos humanos. Questão errada.

**6. (ESAF / Ministério da Integração – 2012) As leis complementares são hierarquicamente superiores às leis ordinárias.****Comentários:**

Não há **hierarquia** entre leis complementares e leis ordinárias. O que as diferencia é seu **campo de atuação**, determinado pela Constituição. Questão errada.

**7. (ESAF/CGU - 2004) Segundo a jurisprudência do STF, se uma lei complementar disciplinar uma matéria não reservada a esse tipo de instrumento normativo, pelo princípio da hierarquia das leis, não poderá uma lei ordinária disciplinar tal matéria.****Comentários:**

Nesse caso, a lei complementar será tida como materialmente ordinária. Assim, lei ordinária poderá modificá-la ou mesmo revogá-la. Questão errada.

**8. (ESAF / SEFAZ-CE - 2007) Lei ordinária que regulamentou matéria atribuída pela Constituição à lei complementar é formal e**

**materialmente inconstitucional, independentemente de apreciação e julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.**

**Comentários:**

Lei ordinária não poderá regulamentar matéria atribuída pela Constituição à lei complementar. Caso isso ocorra, haverá inconstitucionalidade formal, que, para ser declarada, depende de apreciação e julgamento pelo STF. Não há que se falar, nesse caso, em inconstitucionalidade material. Questão errada.

**9. (ESAF / MPOG - 2003) Na Federação brasileira, a Constituição do Estado-membro tem o mesmo status hierárquico da Constituição Federal.**

**Comentários:**

A Constituição Federal é fundamento de validade de todo o ordenamento jurídico, sendo superior a todas as demais normas, inclusive às Constituições estaduais. Questão errada.

**10. (ESAF/ MPOG - 2003) A lei federal, qualquer que seja o seu conteúdo, há de prevalecer sobre a lei estadual ou municipal que lhe seja contrária.**

**Comentários:**

Não há tal relação de hierarquia. A lei estadual ou a municipal prevalecerão sobre a federal, se a competência para tratar do assunto a que se referirem tiver sido atribuída, respectivamente, aos Estados ou aos Municípios. Questão errada.

## **2. Princípios Fundamentais**

**11. (ESAF / ANAC – 2016 - adaptada) Considerando os Princípios Fundamentais dispostos na Constituição Federal, julgue os itens abaixo, classificando-os como certos ou errados.**

**I.** Em suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelo princípio do pluralismo político.

**II.** A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

**III.** A prevalência dos direitos humanos constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

**IV.** Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, o repúdio ao racismo.

V. A igualdade entre os Estados é um dos princípios que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

**Estão incorretos apenas os itens**

- a) I e V.
- b) II e III.
- c) IV e V.
- d) I e IV.
- e) I, III e IV.

**Comentários:**

A primeira assertiva está errada. O pluralismo político é um **fundamento** da República Federativa do Brasil.

A segunda assertiva está correta. São fundamentos da República Federativa do Brasil: a soberania, a cidadania, a **dignidade da pessoa humana**, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

A terceira assertiva está errada. A prevalência dos direitos humanos é um **princípio das relações internacionais** da República Federativa do Brasil (art. 4º, II, CF/88).

A quarta assertiva está errada. O repúdio ao terrorismo e ao racismo são **princípios das relações internacionais** da República Federativa do Brasil (art. 4º, VIII, CF/88).

A quinta assertiva está correta. A igualdade entre Estados é um dos princípios **das relações internacionais** da República Federativa do Brasil (art. 4º, V, CF/88).

O gabarito é a letra E. Estão incorretos os itens I, III e IV.

**12. (ESAF/AFRFB – 2014) Em 16 de março de 2014, a Criméia realizou consulta popular que resultou em ampla maioria favorável à separação da Ucrânia, abrindo caminho para sua anexação à Rússia, que restou implementada nos dias seguintes. A Criméia pertenceu à Rússia até 1953, quando o líder Nikita Krushev resolveu que a Península deveria integrar a Ucrânia. Considerando esses acontecimentos, assinale a opção correta, tomando por fundamento a Constituição Federal de 1988.**

a) A Constituição Federal de 1988 não se ocupa do tema em epígrafe, vale dizer, não trata de questões internacionais e não menciona os respectivos princípios que devem guiar as relações internacionais da República Federativa

do Brasil.

b) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, porém, não menciona qualquer princípio de relações internacionais, deixando para o Congresso Nacional a tarefa de criá-los, via legislação ordinária.

c) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípio, que a República Federativa do Brasil somente intervirá em outro Estado soberano na hipótese de requisição, em defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, com ou sem mandato da Organização das Nações Unidas.

d) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípios da República Federativa do Brasil, no plano internacional, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

e) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípios da República Federativa do Brasil, no plano internacional, os princípios da autodeterminação dos povos e a não intervenção.

### **Comentários:**

Letra A: errada. Em seu art. 4º, a CF/88 prevê os princípios que regem a RFB em suas relações internacionais.

Letra B: errada. Os princípios que regem a RFB em suas relações internacionais estão previstos no art. 4º da Constituição.

Letra C: errada. A CF/88 estabelece como um dos princípios da RFB em suas relações internacionais a não-intervenção, sem qualquer ressalva.

Letra D: errada. A dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da RFB (e não princípios das relações internacionais!).

Letra E: correta. A autodeterminação dos povos e a não-intervenção são princípios que regem a RFB em suas relações internacionais.

O gabarito é a letra E.

**13. (ESAF / SEFAZ-SE - 2007) A República é a forma de organização do Estado adotada pela Constituição Federal de 1988. Caracteriza-se pela temporariedade do mandato dos governantes e pelo processo eleitoral periódico.**

### **Comentários:**

O erro do enunciado é que a República não é forma de organização do Estado, mas sim forma de governo. Questão errada.

**14. (ESAF / Técnico da Receita Federal - 2006) Em função da forma de governo adotada na Constituição de 1988, existe a obrigação de prestação de contas por parte da administração pública.**

**Comentários:**

A CF/88 adota a forma de governo republicana, na qual existe a obrigação de prestação de contas por parte da administração pública. Questão correta.

**15. (ESAF / ATA - 2012) No Brasil vige a democracia direta.**

**Comentários:**

No Brasil vige a democracia semidireta ou participativa, na qual o povo tanto exerce o poder diretamente quanto por meio de representantes. Trata-se de um sistema híbrido, com características tanto da democracia direta quanto da indireta. Questão errada.

**16. (ESAF / ATA - 2012) São princípios fundamentais da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e a liberdade de pensamento.**

**Comentários:**

Todos são fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, CF), com exceção da liberdade de pensamento. Note que os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil compreendem os arts. 1º a 4º da Constituição. São um gênero, do qual os fundamentos (art. 1º, CF) são espécie. Questão errada.

**17. (ESAF / PGFN - 2012) A República Federativa do Brasil é formada pela união dissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal.**

**Comentários:**

Segundo o art. 1º, "caput", da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união **indissolúvel** dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Questão errada.

**18. (ESAF / PGFN - 2012) São entes da Federação, dentre outros, as Regiões Metropolitanas.**

**Comentários:**

Com base no art. 1º, "caput", da Constituição, podemos afirmar que são entes da Federação a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Questão errada.

**19. (ESAF / PGFN - 2012) A União é pessoa jurídica de direito público externo.**

**Comentários:**

A União é pessoa jurídica de direito público interno; a República Federativa do Brasil é pessoa jurídica de direito público externo. A primeira é autônoma; a segunda, soberana. Questão errada.

**20. (ESAF / CGU - 2006) Não é elemento essencial do princípio federativo a existência de dois tipos de entidade - a União e as coletividades regionais autônomas.**

**Comentários:**

O princípio federativo pressupõe a existência de uma entidade central e de várias parciais, dotadas de capacidade política concedida diretamente pela Constituição. Essa capacidade implica a possibilidade de produção de normas de sua competência. Questão errada.

**21. (ESAF / AFT - 2006) Na República Federativa do Brasil, a União exerce a soberania do Estado brasileiro e se constitui em pessoa jurídica de Direito Público Internacional, a fim de que possa exercer o direito de celebrar tratados, no plano internacional.**

**Comentários:**

É a República Federativa do Brasil que detém a soberania, não a União. Esta é pessoa jurídica de direito público interno. Questão errada.

**22. (ESAF / MPOG - 2008) A Constituição acolhe uma sociedade conflitiva, de interesses contraditórios e antagônicos, na qual as opiniões não ortodoxas podem ser publicamente sustentadas, o que conduz à poliarquia, um regime onde a dispersão do Poder numa multiplicidade de grupos é tal que o sistema político não pode funcionar senão por uma negociação constante entre os líderes desses grupos (SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, pp. 143-145, com adaptações). Assinale a opção que indica com exatidão o fundamento do Estado brasileiro expressamente previsto na Constituição, a que faz menção o texto transcrito.**

- a) Soberania.
- b) Pluralismo político.
- c) Dignidade da pessoa humana.
- d) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

e) Cidadania.

### **Comentários:**

O Estado brasileiro tem como fundamento o pluralismo político. Esse princípio visa a garantir a inclusão dos diferentes grupos sociais no processo político nacional. É sobre esse princípio que trata o enunciado da questão, quando fala em "dispersão do poder em uma multiplicidade de grupos". A letra B é o gabarito.

**23. (ESAF / AFT - 2006) Na condição de fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana tem seu sentido restrito à defesa e à garantia dos direitos pessoais ou individuais de primeira geração ou dimensão.**

### **Comentários:**

A dignidade da pessoa humana não se limita à defesa dos direitos de primeira geração. Ela também exige do Estado uma ação perante os indivíduos. Desse modo, a dignidade da pessoa humana tem implicações sobre direitos de todas as gerações. Exemplo: o direito a uma jornada de trabalho digna (de segunda geração) é consequência da dignidade da pessoa humana. Questão errada.

**24. (ESAF / AFRF - 2005) A especialização funcional, elemento essencial do princípio de divisão de poderes, implica o exercício exclusivo das funções do poder político - legislativa, executiva e judiciária - pelo órgão ao qual elas foram cometidas no texto constitucional.**

### **Comentários:**

A Constituição adotou um modelo flexível de separação de poderes, no qual os três Poderes são independentes e harmônicos entre si. Nesse sentido, **cada Poder exerce funções típicas e atípicas**, ou seja, as funções legislativa, executiva e judiciária não são exercidas com exclusividade pelo órgão ao qual elas foram atribuídas. Questão errada.

**25. (ESAF / ATA - 2012) No Brasil o Poder Judiciário e o Poder Legislativo são subordinados ao Poder Executivo.**

### **Comentários:**

Não há subordinação de um Poder a outro. Todos eles são independentes e harmônicos entre si (art. 2º, CF). Questão errada.

**26. (ESAF / PGFN - 2012) Dentre os objetivos da República Federativa do Brasil, fixados na Constituição Federal de 1988, encontra-se a redução das desigualdades sociais e regionais com consequente discriminação de origem ou de outras formas correlatas entre brasileiros.**

**Comentários:**

De fato, reduzir as desigualdades sociais e regionais é um dos objetivos fundamentais da RFB (art. 3º, III, CF). Entretanto, diferentemente do que diz o enunciado, a consequência desse objetivo é a vedação da discriminação entre brasileiros. Questão errada.

**27. (ESAF / ATA - 2012) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil assegurar a liberdade de expressão de forma irrestrita.**

**Comentários:**

Assegurar a liberdade de expressão não é um objetivo fundamental da RFB. Questão errada.

**28. (ESAF / ATPS – 2012) Assinale a assertiva que não representa fundamento, nem objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:**

- a) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) A cidadania.
- c) A garantia do desenvolvimento nacional.
- d) A liberdade de imprensa.
- e) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

**Comentários:**

Letra A: errada. É um objetivo fundamental.

Letra B: errada. É um fundamento.

Letra C: errada. É um objetivo fundamental.

Letra D: correta. A liberdade de imprensa é um direito fundamental.

Letra E: errada. É um fundamento.

**29. (ESAF / ATA - 2012) Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, dentre outros, pelo princípio da autodeterminação dos povos.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 4º, inciso III, da Constituição Federal. Questão correta.

**30. (ESAF/PGFN – 2012) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio de repúdio ao terrorismo e ao racismo.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 4º, inciso VIII, da Constituição Federal. Questão correta.

**31. (ESAF/ATRFB - 2012) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.**

**Comentários:**

É o que dispõe o art. 4º, X, da CF/88. Questão correta.

## Lista de Questões

### 1. A Pirâmide de Kelsen – A Hierarquia das Normas

**1. (ESAF / ANAC – 2016) As convenções internacionais que versarem sobre direitos humanos em que a República Federativa do Brasil seja parte, ao serem aprovadas em cada Casa do Congresso Nacional, serão equivalentes às emendas constitucionais se**

a) a aprovação ocorrer em dois turnos por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

b) a aprovação ocorrer em um único turno por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

c) a aprovação ocorrer em um único turno por três quintos dos votos dos respectivos membros.

d) a aprovação ocorrer em dois turnos por três quintos dos votos dos respectivos membros.

e) a aprovação ocorrer em um único turno por aprovação da metade dos votos dos respectivos membros.

**2. (ESAF / Advogado IRB – 2006) Segundo o novel entendimento do Supremo Tribunal Federal, é possível a aplicação, no direito brasileiro, do conceito de inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias, defendido na obra de Otto Bachof, uma vez que a enumeração de cláusulas pétreas, no texto original da Constituição, importa uma hierarquia entre as normas constitucionais originárias.**

**3. (ESAF/2012/ATA) Diante de um conflito entre uma lei federal e uma lei estadual, aquela deve prevalecer.**

**4. (ESAF/2012/ATA) Há hierarquia entre as normas constitucionais originárias e as normas constitucionais inseridas na Constituição por meio de emenda constitucional.**

**5. (ESAF / Ministério da Integração – 2012) A Constituição Federal é a norma fundamental de nosso ordenamento jurídico desde que não revele incompatibilidade com os tratados internacionais de direitos humanos pactuados pelo País.**

**6. (ESAF / Ministério da Integração – 2012) As leis complementares são hierarquicamente superiores às leis ordinárias.**

**7. (ESAF/2004/CGU) Segundo a jurisprudência do STF, se uma lei complementar disciplinar uma matéria não reservada a esse tipo de**

**instrumento normativo, pelo princípio da hierarquia das leis, não poderá uma lei ordinária disciplinar tal matéria.**

**8. (ESAF / SEFAZ-CE - 2007) Lei ordinária que regulamentou matéria atribuída pela Constituição à lei complementar é formal e materialmente inconstitucional, independentemente de apreciação e julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.**

**9. (ESAF / MPOG - 2003) Na Federação brasileira, a Constituição do Estado-membro tem o mesmo status hierárquico da Constituição Federal.**

**10. (ESAF/2003/MPOG) A lei federal, qualquer que seja o seu conteúdo, há de prevalecer sobre a lei estadual ou municipal que lhe seja contrária.**

## **2. Princípios Fundamentais**

**11. (ESAF / ANAC – 2016 - adaptada) Considerando os Princípios Fundamentais dispostos na Constituição Federal, julgue os itens abaixo, classificando-os como certos ou errados.**

**I.** Em suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelo princípio do pluralismo político.

**II.** A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

**III.** A prevalência dos direitos humanos constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

**IV.** Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, o repúdio ao racismo.

**V.** A igualdade entre os Estados é um dos princípios que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

**Estão incorretos apenas os itens**

- a) I e V.
- b) II e III.
- c) IV e V.
- d) I e IV.
- e) I, III e IV.

**12. (ESAF/AFRFB – 2014) Em 16 de março de 2014, a Criméia realizou consulta popular que resultou em ampla maioria favorável à separação da Ucrânia, abrindo caminho para sua anexação à Rússia, que restou implementada nos dias seguintes. A Criméia pertenceu à Rússia até 1953, quando o líder Nikita Krushev resolveu que a Península deveria integrar a Ucrânia. Considerando esses acontecimentos, assinale a opção correta, tomando por fundamento a Constituição Federal de 1988.**

a) A Constituição Federal de 1988 não se ocupa do tema em epígrafe, vale dizer, não trata de questões internacionais e não menciona os respectivos princípios que devem guiar as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

b) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, porém, não menciona qualquer princípio de relações internacionais, deixando para o Congresso Nacional a tarefa de criá-los, via legislação ordinária.

c) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípio, que a República Federativa do Brasil somente intervirá em outro Estado soberano na hipótese de requisição, em defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, com ou sem mandato da Organização das Nações Unidas.

d) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípios da República Federativa do Brasil, no plano internacional, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

e) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípios da República Federativa do Brasil, no plano internacional, os princípios da autodeterminação dos povos e a não intervenção.

**13. (ESAF / SEFAZ-SE - 2007) A República é a forma de organização do Estado adotada pela Constituição Federal de 1988. Caracteriza-se pela temporariedade do mandato dos governantes e pelo processo eleitoral periódico.**

**14. (ESAF / Técnico da Receita Federal - 2006) Em função da forma de governo adotada na Constituição de 1988, existe a obrigação de prestação de contas por parte da administração pública.**

**15. (ESAF / ATA - 2012) No Brasil vige a democracia direta.**

**16. (ESAF / ATA - 2012) São princípios fundamentais da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e a liberdade de pensamento.**

**17. (ESAF / PGFN - 2012) A República Federativa do Brasil é formada pela união dissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal.**

**18. (ESAF / PGFN - 2012) São entes da Federação, dentre outros, as Regiões Metropolitanas.**

**19. (ESAF / PGFN - 2012) A União é pessoa jurídica de direito público externo.**

**20. (ESAF / CGU - 2006) Não é elemento essencial do princípio federativo a existência de dois tipos de entidade - a União e as coletividades regionais autônomas.**

**21. (ESAF / AFT - 2006) Na República Federativa do Brasil, a União exerce a soberania do Estado brasileiro e se constitui em pessoa jurídica de Direito Público Internacional, a fim de que possa exercer o direito de celebrar tratados, no plano internacional.**

**22. (ESAF / MPOG - 2008) A Constituição acolhe uma sociedade conflitiva, de interesses contraditórios e antagônicos, na qual as opiniões não ortodoxas podem ser publicamente sustentadas, o que conduz à poliarquia, um regime onde a dispersão do Poder numa multiplicidade de grupos é tal que o sistema político não pode funcionar senão por uma negociação constante entre os líderes desses grupos (SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, pp. 143-145, com adaptações). Assinale a opção que indica com exatidão o fundamento do Estado brasileiro expressamente previsto na Constituição, a que faz menção o texto transcrito.**

- a) Soberania.
- b) Pluralismo político.
- c) Dignidade da pessoa humana.
- d) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) Cidadania.

**23. (ESAF / AFT - 2006) Na condição de fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana tem seu sentido restrito à defesa e à garantia dos direitos pessoais ou individuais de primeira geração ou dimensão.**

**24. (ESAF / AFRF - 2005) A especialização funcional, elemento essencial do princípio de divisão de poderes, implica o exercício exclusivo das funções do poder político - legislativa, executiva e**

**judiciária - pelo órgão ao qual elas foram cometidas no texto constitucional.**

**25. (ESAF / ATA - 2012) No Brasil o Poder Judiciário e o Poder Legislativo são subordinados ao Poder Executivo.**

**26. (ESAF / PGFN - 2012) Dentre os objetivos da República Federativa do Brasil, fixados na Constituição Federal de 1988, encontra-se a redução das desigualdades sociais e regionais com consequente discriminação de origem ou de outras formas correlatas entre brasileiros.**

**27. (ESAF / ATA - 2012) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil assegurar a liberdade de expressão de forma irrestrita.**

**28. (ESAF / ATPS - 2012) Assinale a assertiva que não representa fundamento, nem objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:**

- a) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) A cidadania.
- c) A garantia do desenvolvimento nacional.
- d) A liberdade de imprensa.
- e) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

**29. (ESAF / ATA - 2012) Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, dentre outros, pelo princípio da autodeterminação dos povos.**

**30. (ESAF/2012/PGFN) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio de repúdio ao terrorismo e ao racismo.**

**31. (ESAF/2012/ATRFB) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.**

**Gabarito**

<b>1.</b>	LETRA D
<b>2.</b>	ERRADA
<b>3.</b>	ERRADA
<b>4.</b>	ERRADA
<b>5.</b>	ERRADA
<b>6.</b>	ERRADA
<b>7.</b>	ERRADA
<b>8.</b>	ERRADA
<b>9.</b>	ERRADA
<b>10.</b>	ERRADA
<b>11.</b>	LETRA E
<b>12.</b>	LETRA E
<b>13.</b>	ERRADA
<b>14.</b>	CORRETA
<b>15.</b>	ERRADA
<b>16.</b>	ERRADA
<b>17.</b>	ERRADA
<b>18.</b>	ERRADA
<b>19.</b>	ERRADA
<b>20.</b>	ERRADA
<b>21.</b>	ERRADA
<b>22.</b>	LETRA B
<b>23.</b>	ERRADA
<b>24.</b>	ERRADA
<b>25.</b>	ERRADA
<b>26.</b>	ERRADA
<b>27.</b>	ERRADA
<b>28.</b>	LETRA D
<b>29.</b>	CORRETA
<b>30.</b>	CORRETA
<b>31.</b>	CORRETA

# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.